

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 93.** A empresa com 15 (quinze) ou mais empregados está obrigada a preencher de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 100 empregados.....1%;
- II - de 101 a 200.....2%;
- III - de 201 a 500.....3%;
- IV - de 501 a 1.000.....4%;
- V - de 1.001 em diante.....5%.

.....  
§ 3º Para a fixação dos percentuais de contratação estabelecidos no *caput*, será considerado individualmente o número de empregados de cada estabelecimento da empresa.

§ 4º No caso do inciso I, será garantida, em qualquer caso, a contratação de ao menos 1 (um) trabalhador reabilitado ou deficiente por estabelecimento com 15 (quinze) ou mais empregados.

§ 5º Os empregados contratados na forma deste artigo deverão exercer suas funções, preferencialmente, no próprio estabelecimento em relação ao qual foi estabelecida a necessidade de sua contratação, admitindo-se a contratação justificada para outro estabelecimento em caso de impossibilidade de contratação por algum dos estabelecimentos da empresa.” (NR)



SF/15807.28824-97

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

A construção de relações de trabalho mais equânimes, que permitam a inclusão do trabalhador com deficiência ou reabilitado, é um dos objetivos mais consistentemente buscados desde a ascensão do regime previdenciário oriundo das Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Efetivamente, nesses quase 24 anos da promulgação das referidas Leis, houve avanços significativos na inclusão desses trabalhadores no mercado de trabalho, com os consequentes benefícios sociais decorrentes.

A presente proposição tem por objetivo aperfeiçoar a norma legal do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991 – o Plano de Benefícios da Previdência Social –, para estabelecer critérios mais benéficos para a fixação e contratação desses trabalhadores.

Para tanto, estende a obrigação de sua contratação para as empresas que contem com quinze ou mais empregados, nesse caso, no percentual de um por cento.

Determina, também, que o percentual de contratação será calculado proporcionalmente pelo número de trabalhadores de cada estabelecimento da empresa e não a partir do total de empregados da empresa.

Busca, ainda, distribuir melhor as vagas criadas, ao determinar que os empregados deverão ser alocados para cada estabelecimento que atinja o número mínimo de empregados, a não ser quando, justificadamente, não seja possível tal alocação.

Sala das Sessões,

Senador BLAIRO MAGGI





# Presidência da República Casa Civil

## Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

[Texto compilado Normas de hierarquia inferior Mensagem de veto](#)

[\(Vide Decreto nº 357, de 1991\)](#) Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá [\(Vide Lei nº 8.222, de 1991\)](#)

outras providências.

[\(Vide Decreto nº 611, de 1992\)](#) [\(Vide Decreto nº 2.172, de 1997\)](#) [\(Vide Decreto nº 2.346, de 1997\)](#) [\(Vide Decreto nº 3.048, de 1999\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 291, de 2006\)](#)

### **Capítulo II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL**

#### **Seção VI Dos Serviços**

##### **Subseção I Do Serviço Social**

##### **Subseção II Da Habilitação e da Reabilitação Profissional**

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante. ....5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.



SF/15807.28824-97